

O “Europa, a descoberta do paradigma”

2012 –Revista Debater a Europa, N. 7 Julho/Dezembro 2012, pp.30-34.

Resumo:

A ideia deste artigo é, resumidamente descrita, aprofundar os paradigmas da construção europeia que desde a sua criação pautam a sua evolução. Começando sob os auspícios da paz e segurança no continente, pelos primeiros fracassos na sua construção política fundados no ressurgimento de preconceitos nacionais, até aos impasses no seu aprofundamento institucional, passaremos a analisar o renascimento europeu centrado numa ideia de globalização europeia organizada por via da solidariedade e da coesão. Seguiremos para a idade de ouro do projecto europeu que se inicia com o Acto Único e se cristaliza, após o fim do conflito Leste-Oeste, com a criação da moeda única, as aberturas e alargamentos a norte e a leste e a tentativa de dar uma arquitectura jurídica ou constitucional própria, ao projecto europeu, já mais político do que económico. O que retirar das lições que ao longo de mais de 60 anos nos deixam ficar os resíduos da história? Onde ir buscar a nova âncora, onde se amarrem os cabos de preocupações, geograficamente dispares mas substancialmente tão iguais? Qual o paradigma que nos une, europeus, na actualidade? Ou o descobrimos ou desaparecemos.

A culpa é da Europa, dizem. As simplificações são o que são. Servem para suscitar adesões emocionais a preconceitos, afastando a lógica da razão. Mas são, normalmente, eficazes atingindo o objectivo sem esforço e com rapidez, propagando-se com vantagem sobre a argumentação fundada no conhecimento.

Vivemos, dolorosamente, um desses momentos. Longos demais para não passarem a ser etapas da história da Europa. Da sua construção ou desfalecimento. De qualquer forma, do longo caminho que custa percorrer para manter viva a utopia continental.

Temos, porém, de dar alguma razão ao cepticismo e à demagogia dos que aproveitam a crise para destruir os fundamentos da ideia europeia. Porque, como veremos, e é sempre bom lembrar, o paradigma que uniu os europeus, mergulha aparentemente adormecido, no fundo da nossa memória colectiva, sob o peso indelével das ideologias centrífugas que tão bem souberam por o ovo de serpente, noutras latitudes. À espera que o vento arrastasse para a nossa casa comum, a tempestade que estamos a suportar.

Porque a Europa é uma ideologia com adversários. É uma ideia com inimigos, é uma cultura cercada pelos *ísmos* do passado e do presente, vestidos de outra maneira. O próprio cepticismo não é uma atitude de psicologia social ou sociológica, é um manto da fantasia, como diria Eça, onde se esconde a nudez crua da verdade, que não é outra que o ódio à ideia.

O paradigma fundador é a *partilha*. Como diz o Tratado de Roma nos idos anos 50, a Europa é um “destino comumente partilhado”. Juntos, os europeus reconstruíram física e moralmente a Europa, acedendo em comum às matérias-primas essenciais ao desenvolvimento, expurgando-se de preconceitos e egoísmos nacionalistas e discriminatórios, ao mesmo tempo que aprofundaram e regeneraram, os valores da democracia e da liberdade em que assenta o moderno Estado de Direito Europeu.

O idealismo político da social democracia alemã da República de Weimar, esmagado pela crise dos anos 30 e pelo nacional socialismo hitleriano, reaparece no pós-guerra do crescimento económico, promovido pelo ideal da cooperação e do mercado comum. Do mesmo modo, as conquistas sociais das classes trabalhadoras que animaram a dinâmica social da frente popular francesa, ressurgem nos anos 50, por via do modelo tripartido de concertação social em que assentou a refundação da Europa. A via para o crescimento, na liberdade económica e na justiça social, que cristalizou a paz e a segurança europeias até aos dias de hoje, são o resultado de uma partilha de objectivos, meios, valores e princípios políticos comuns, no essencial, à social democracia, à democracia cristã e ao pensamento liberal, que aparecem, como reconstrutores da Europa no pós-guerra. Pensar tanto no outro como em si próprio, perceber a diferença pela tolerância é a consigna da reconstrução.

Esta regra de ouro que não deriva de nenhum preceito moral ou religioso, é o produto da consciência social e política europeia, assente nas contingências da necessidade. Foi isso que os pais fundadores e os povos europeus, dizimados pela guerra, perceberam e que, paradoxalmente, após mais de 60 anos de experiência e sucesso, as actuais gerações políticas estão em vias de desprezar senão mesmo de esquecer.

Neste sentido se compreende o “deitar culpas à Europa”, acusação injusta para a ideia, mas certa para aqueles que em seu nome e por via do conhecimento e do poder político, tinham obrigação de continuar o método comunitário, para bem de todos os europeus. Hoje, qualquer político, julga poder governar melhor o seu pedaço, esquecendo o todo. Mas é no todo, global e ilimitado, sem latitudes nem longitudes, que se alojam as altas e as baixas pressões que desencadeiam as calamidades.

Quando se diz que não há políticos europeus não se anda longe da verdade. A moda está nos políticos de proximidade, palpáveis, agradáveis à vista, de verbo fácil, governando para as sondagens e para os líderes de opinião. O estadista, que assenta a sua acção em valores e princípios, muito mais que em ideologias, que olha com respeito para o passado, atende o presente e anseia pelo futuro dos seus e dos outros, não está na moda. Para os primeiros a Europa é uma geografia. Para os estadistas a Europa é o seu universo.

É verdade que o discurso europeu não rende votos. Mas a responsabilidade é dos poderes nacionais. Políticos, economistas, juristas, universidades e gente da cultura e das artes não praticam Europa. Sob o manto de um discurso a propósito da Europa, à esquerda e à direita, não disfarçam uma lógica nacionalista, imputando ao continente organizado e às suas

instituições, todo o mal do mundo. E se alguém propõe um avanço para mais Europa, chovem de imediato as críticas à perda de poder, à fragilidade da soberania, à invasão dos tecnocratas sobre os cidadãos e vontade nacionais.

Está bom de ver que neste quadro, os políticos se retraem. Perdem a coragem e jogam o jogo da demagogia. Escondem, por isso, as suas fragilidades na responsabilidade abstracta da Europa, fazendo que a sua, morra solteira. Outros e conhecemo-los daqui bem perto, não ousam uma palavra e uma frase, um princípio de uma ideia sobre o continente a que pertencem. São neutros em relação à Europa.

Neste figurino como não há-de a Europa enfraquecer.

Longe vão os tempos da solidariedade como paradigma. Da coesão social entre regiões, dos fundos estruturais duplicados, do ambiente e das infra-estruturas de comunicação e transporte, a servir os cidadãos no mercado único, todos europeus de primeira, qualquer que fosse a sua latitude ou longitude de origem.

Não foi por solidariedade política que se abriram as portas ao centro e ao leste da Europa, oferecendo a milhões de indivíduos uma nova cidadania política, fundada na liberdade e na democracia, de que se tinham privado, ou nem sequer conheceram quando, durante décadas, foram tutelados pelo império soviético?

E não foi um acto solidário, a Alemanha estender o euro aos países que cumprissem o “mínimo de convergência” financeira, sem cuidar de saber se gastavam muito ou pouco na reconstrução dos seus países, onde um qualquer totalitarismo de esquerda ou de direita, durou por tempo intolerável?

E que avanço formidável não foi esse, de dar à Europa organizada a 27, uma cobertura constitucional, garante de um poder europeu legítimo, democrático, assente na vontade popular comum, onde a decisão filtrada pelo interesse geral não esmagava ninguém, cumprida a regra da maioria de votos proporcional à maioria da população.

Não seria isso, partilhar o destino da Europa, por via da vontade dos cidadãos, afastando o fantasma das novas maiorias de facto que na actualidade, subordinam Estados e povos ao peso económico de outros Estados?

As respostas sentimo-las na pele. No desemprego, na recessão, no salve-se quem poder e na desconfiança generalizada. É possível voltar a acreditar? Sim. Refundemos a Europa voltando à regra simples da partilha na solidariedade.